

Direito das Energias Renováveis

2013

Cláudia Dias Soares
Suzana Tavares da Silva

DIREITO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

autor

Cláudia Dias Soares

Suzana Tavares da Silva

editor

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almедina.net · editora@almедina.net

design de capa

FBA.

pré-impressão

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

impressão e acabamento

DPS - DIGITAL PRINTING SERVICES, LDA

Fevereiro, 2014

depósito legal

370851/14

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objecto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

SOARES, Cláudia Dias, e outro

Direito das energias renováveis / Cláudia Dias Soares, Suzana Tavares da Silva. – (Manuais universitários)

ISBN 978-972-40-5497-1

I – SILVA, Susana Tavares da, 1973-

CDU 349

Índice Geral

Parte I	13
As energias renováveis: considerações introdutórias	13
1. A importância das fontes de energia renovável no actual paradigma civilizacional	13
2. A importância das FER para Portugal.....	13
3. O papel da Agência Internacional para as Energias Renováveis	18
4. As políticas de apoio às FER.....	22
5. O apoio às FER e a liberalização do mercado eléctrico	25
6. As várias fontes de energia renovável e a sua expressão no fornecimento energético nacional	25
6.1. Biocombustíveis	25
6.2. Biogás	30
6.3. Biomassa	32
6.4. Energia eólica	36
6.5. Energia geotérmica	39
6.6. Energia hídrica (mini-hídricas).....	42
6.7. Energia oceânica.....	44
6.8. Energia solar (fotovoltaica e térmica).....	47
7. Os programas nacionais de política energética	52
7.1. Programa de política energética nacional definido em 1994.....	55
7.2. Programa de política energética nacional definido em 2001	57
7.3. Programa de política energética nacional definido em 2003.....	58
7.4. Programa de política energética nacional definido em 2004	59
7.5. Programa de política energética nacional definido em 2005.....	60
7.6. Programa de política energética nacional definido em 2010	61
7.7. O Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis (2013)	63

Parte II	69
As energias renováveis no direito europeu	69
1. As bases jurídicas de uma política comum para a energia	70
2. As definições legais	73
3. A política energética da União Europeia para as fontes de energia renováveis.....	74
3.1. A necessidade de uma política própria	74
3.2. As etapas da construção de uma política europeia comum para as energias renováveis.....	76
3.2.1. Os antecedentes de uma estratégia comum para as energias renováveis. 76	
3.2.2. Um plano em direcção a uma estratégia europeia para a segurança do fornecimento energético.....	77
3.2.3. O primeiro grande passo no sentido do levantamento das barreiras à entrada no mercado.....	77
3.2.4. A chamada de atenção para o risco de incumprimento dos objectivos... 78	
3.2.5. A fixação de objectivos vinculativos	79
3.2.6. As metas para 2020 (Directiva 20-20-20).....	82
4. As intervenções sectoriais.....	84
4.1. Acesso às redes.....	84
4.2. Desempenho energético dos edifícios.....	87
4.3. Biocombustíveis	88
4.4. As garantias de origem.....	92
4.5. Cogeração.....	93
5. Os progressos registados até 2013	94
6. Enquadramento jurídico europeu dos regimes de apoio às energias renováveis	96
6.1. O Enquadramento Comunitário dos Auxílios Estatais a Favor do Ambiente	98
6.1.1. Auxílios ao investimento.....	100
6.1.2. Auxílios ao funcionamento	103
6.1.3. Cooperação transfronteiras	104
6.1.4. Perspectivas de evolução.....	105
7. Promoção da produção de electricidade a partir de renováveis.....	105
 Parte III	 109
As energias renováveis em outros ordenamentos jurídicos	109
1.Espanha	109
2.Alemanha.....	114
3.Itália	118
4.Reino Unido.....	124

Parte IV	129
As energias renováveis em Portugal	129
A – Evolução histórica	129
1. Breve apresentação do sistema energético português.....	129
2. A evolução do regime legal português de incentivo às energias renováveis: 1988-2013	138
2.1. O reconhecimento da necessidade de um regime próprio.....	138
2.2. A garantia de rendimento.....	140
3. Renováveis e cogeração: A separação dos regimes	141
4. A revisão dos limites de potência	142
5. As tarifas verdes e a garantia de aquisição.....	143
6. A diferenciação dos apoios em função da tecnologia e do regime de exploração	145
7. A remoção do limite temporal e a transferência de rendimento dos promotores para os municípios.....	146
8. Regimes de apoio à produção descentralizada de electricidade	146
8.1. A produção para autoconsumo.....	147
9. Procedimentos de licenciamento	148
9.1. Os licenciamentos no regime do Decreto-Lei n. 189/88	148
9.2. As medidas de simplificação e reforço de protecção adoptadas em 2001 e 2004.....	153
10. Preocupação com o controlo dos custos.....	159
11. A uniformização parcial dos regimes em 2007	161
11.1. Os aspectos remuneratórios.....	161
11.2. Os aspectos ambientais	164
12. O sobreequipamento das centrais eólicas	167
13. As novas regras para a microprodução.....	169
14. O regime especial de aproveitamento de energia das ondas.....	171
15. O impulso aos pequenos aproveitamentos hidroeléctricos.....	173
16. Suspensão da atribuição de potência	175
B - As modificações mais recentes	176
1. A integração da produção em regime especial no diploma geral sobre organização e funcionamento do sector eléctrico.....	176
1.1. O novo regime de acesso à actividade através dos procedimentos de controlo prévio.....	178
1.2. O procedimento de incidências ambientais.....	183
1.3. O tratamento dos sobrecustos com a aquisição da energia produzida em regime especial renovável.....	186
1.4. As soluções transnacionais.....	189
2. A falta de regimes adequados em matéria de ordenamento do território.....	192

3. O regime remuneratório dos produtores de FER para geração de electricidade: opções genéricas.....	193
4. O regime remuneratório decorrente do Decreto-Lei n. 35/2013.....	195
5. As modificações remuneratórias nos biocombustíveis	199
6. O regime da produção descentralizada	200
6.1. A microprodução	200
6.2. A miniprodução.....	203
6.3. A harmonização dos regimes em matéria de comercialização da energia de produção distribuída	206
7. Principais regimes específicos	207
7.1. Biocombustíveis.....	207
7.2. Biomassa e biogás	210
7.3. Centrais solares fotovoltaicas.....	212
7.4. Mini-hídricas (remissão).....	215
7.5. Ondas e marés (remissão).....	215
8. A informação ao consumidor	215
C - O regime jurídico das energias renováveis <i>de lege ferenda</i>.....	218
1. Os procedimentos administrativos	219
2. A relação com o programa das redes inteligentes (<i>smart grids</i>)	224
3. O regime financeiro	227
4. As previsões da evolução por fileiras.....	232
Referências Bibliográficas.....	235
Índice Ideográfico.....	241